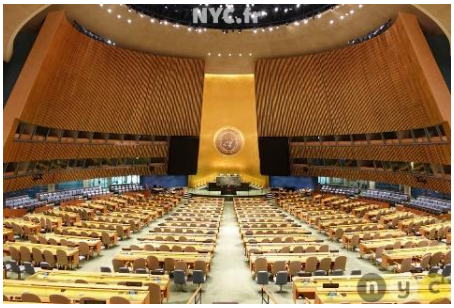
# Cadernos FIOCRUZ de Saúde Global e Diplomacia da Saúde 16/2026

## 2 a 15 de setembro de 2026

## Sumário Executivo

A *18ª Cúpula de BRICS* (Nova Déli, 11-12/09) e o início da *81ª Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU81)* (Nova York, 8-28/09) dominam o cenário da geopolítica global na quinzena.



Dia 8 de setembro de 2026 às 11 da manhã, horário de Nova York, na sede principal da ONU, foi encerrada a *80ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU80)*, que realizou, desde setembro de 2025, 116 sessões plenárias, e aprovou 302 resoluções. Às 15 horas do dia 8/09 foi instalada a primeira sessão plenária da *81ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU81)*. A Assembleia prossegue até 28/09 com o *Debate Geral* – espaço nobre, quando falam os Chefes-de-Estado e de Governo ou altos representantes de países – se realizando dias 22 a 26/09; Lula e Trump falam na abertura do Debate Geral, dia 22/09. Do maior interesse para a saúde global, registre-se a realização da *Reunião de Alto Nível sobre Prevenção, Preparação e Resposta à Pandemias*, com participação de Chefes-de-Estado e de Governo, ministros da saúde e especialistas, e do DG da OMS Tedros Adhanom, no dia 25/09.

Espera-se uma *81ª Assembleia Geral* marcada pelas tensões habituais deste mundo conflagrado, com múltiplas crises em diversas áreas; uma agenda robusta https://docs.un.org/en/A/81/150 que mostra a importância do multilateralismo num tempo de deliberadas intenções de enfraquecê-lo; ao que se agrega a expectativa da eleição do(a) novo(a) secretário(a)-Geral da ONU, para o período 2027-2031. A reforma da ONU, a partir da *Iniciativa ONU 80* https://www.un.org/un80-initiative/en/all-un80-related-resources-and-documents certamente ocupará a atenção dos altos representantes dos Estados-membros, assim como os grandes problemas globais vigentes: conflitos militares importantes, inequidades crescentes entre países, regiões e pessoas, acúmulos de déficits no campo dos direitos humanos e do desenvolvimento, a tríplice crise planetária, entre tantos outros.

Como sempre insistimos, a AGNU é sempre momento importante para a *saúde global*, pois a maioria 178 itens que estão agendados para discussão (muito dos quais com diversos subitens) tratam, em última análise, de determinantes políticos, sociais, econômicos e ambientais da saúde. Muitas das discussões, consensos, dissensos, decisões e resoluções que saírem da AGNU 2026 terão impacto importantíssimo sobre a saúde global, humana e planetária. ***Alcazar e Buss*** prepararam um artigo de atualização sobre a AGNU81, publicada neste fascículo. Em outro artigo, *Alcázar* sinaliza para os desafios colocados à presidência da AGNU 81.

***Cúpula do BRICS***




A 18ª Cúpula de BRICS BRICS – Building for Resilience, Innovation, Cooperation and Sustainability se realizou nos dias 12 e 13/09, em Nova Déli, sob a presidência rotativa da Índia. Seu tema principal foi "*Construindo para a resiliência, inovação, cooperação e sustentabilidade*", e a agenda desenvolvida https://www.brics2026.gov.in/ mostrou as prioridades do grupo: valorização do Sul Global, desdolarização do comércio, governança de inteligência artificial e transição energética. Todos os países componentes de BRICS estiveram presentes, incluindo *membros fundadores* (*Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul*) e novos integrantes do formato ampliado (*BRICS+*) como *Egito, Etiópia, Irã, Indonésia e Emirados Árabes Unidos*. Os presidentes *Xi Jin Ping, Modi e Putin* foram as estrelas. *Lula,* em campanha para reeleição, não compareceu, tendo sido substituído pelo chanceler Mauro Vieira. Inúmeras reuniões bilaterais entre líderes foram realizadas.

Com os acordos políticos alcançados, apesar das posições divergentes dos países sobre conflitos e tensões internacionais, o principal produto político foi a *BRICS New Delhi Declaration: Building for Resilience, Innovation, Cooperation and Sustainability* https://www.mea.gov.in/bilateral-documents?dtl/41776. Saúde teve presença expressiva na Declaração, com 9 itens (51 a 59), refletindo a declaração da *16ª Reunião de Ministros da Saúde de BRICS* (Chandigarh, Índia, 23-24/07) https://d2jiw2zrmmyqt8.cloudfront.net/wp-content/uploads/2026/07/24152006/16th-BRICS.pdf Em 23 de setembro "*Saúde no BRICS"* será tema do *Seminário Avançado Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde.* Os diversos documentos resultantes da PPT da Índia até aqui podem ser encontrados em: https://www.brics2026.gov.in/brics-document/ A Cúpula de BRICS de 2027 será realizada na China. Para saber mais, ver artigos de ***Hoirisch, Esteves e Salgado*** neste fascículo. Em 23 de setembro, *"Geopolítica e Saúde no BRICS"* será tema do *Seminário Avançado Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde.*

A *Cúpula da Organização de Cooperação de Xangai (OCX)* de 2026, que reúne países da Ásia Central – incluindo os quatro grandes da região *(China, Rússia, Índia e Irã)* – ocorreu de 31/08 a 01/09, em Bishkek, capital do Quirguistão, 10 dias antes da Cúpula de BRICS. O evento marcou o *25º aniversário* da organização e debateu questões regionais e globais, como *segurança regional e geopolítica*; *cooperação econômica e financeira; e conectividade e infraestrutura*, expressas na *Declaração de Bishkek* outros 27 documentos (ver: https://tvbrics.com/pt/news/l-deres-dos-pa-ses-da-ocx-assinam-declara-o-de-bishkek/). O Paquistão assumiu a presidência rotativa da organização para 2026-2027.

A realização da *Cúpula do BRICS* (11-12/09) imediatamente após a *Cúpula da OCX* (31/08-01/09) parece não ser casual, mas parte do festival de afirmação global da *Eurásia* ou do *Leste Global*, pois têm *China, Índia, Rússia e Irã* integrando os dois blocos, das quais três são potências nucleares e o Irã controla o Estreito de Ormuz. Ficamos atentos aos desdobramentos, que podem ocorrer já em manifestações dos grupos de países em diversos momentos da AGNU81, nestas próximas semanas.

**No tabuleiro da geopolítica**

***Neoimperialismo trumpiano continua em marcha acelerada***

O *Escudo das Américas (America Shield),* que já reúne cerca de 19 países e é focado em cooperação de inteligência e segurança hemisférica, ganhou mais materialidade na quinzena com o périplo de *Marco Rubio*, Secretário de Estado dos EUA, a três de seus principais integrantes e aliados na América do Sul (Colômbia, Equador e Peru). Rubio apresentou propostas de cooperação em segurança, combate a cartéis e a possível criação de bases militares conjuntas nestes países.

Como um desagravo político ao Canadá (e por interesses econômicos, claro) – diante dos tarifaços impostos pelos EUA ao país – a União Europeia convidou o Canadá para integrar o bloco como primeiro país associado. Trump ameaçou retaliar a ambos, Canadá e Europa, a ver o que ocorre nos próximos dias.

A pressão sobre *Cuba* continua num nível imoral, submetendo seus habitantes às mais ultrajantes condições de vida, o que vem reportado em artigo de *Juan Garay*, depois de três semanas de visita ao país

No *front* soou escandaloso, parecendo fraude eleitoral, a promessa de Trump de entregar um cheque de U$ 5 mil a cada adulto americano se o partido vencer as eleições de meio-de-período. Já a Suprema Corte bloqueou as tentativas de Trump de impedir o voto pelo correio, o que traria vantagens aos republicanos.

Numa bizarra e indecente *estratégia de comunicação política da Casa Branca*, jogos do tipo *arcade* contra a imigração foram lançados para criar ou fortalecer o sentimento xenófobo e racista entre jovens e crianças americanas (ver artigo de ***França*** e colegas neste fascículo).

Enquanto CEOs das grandes empresas de *Inteligência Artificial* alertavam para o risco da velocidade do desenvolvimento da IA, Trump declarava que nenhuma regulação deveria conter a expansão de tais tecnologias nos Estados Unidos, pois quem estiver a frente da corrida disporá de maior poder global.

***Reino Unido derrete (?) e Alemanha elege neonazistas em região***

O Reino Unido enfrenta uma intensa pressão política depois que os líderes das três nações descentralizadas do Reino (Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte) assinaram, em 14/09, um pacto conjunto exigindo o direito de realizar plebiscitos sobre o futuro constitucional de suas nações. Pelo *Acordo de Cardiff* (formalmente *Cardiff Agreement* ou *Cytundeb Caerdydd*) os líderes dos governos autônomos exigem que o governo central em Londres (Westminster) facilite e mesmo planeje mudanças constitucionais. Pela primeira vez, as três 'regiões descentralizadas' possuem chefias de governo alinhadas a partidos nacionalistas ou favoráveis à autodeterminação e reaproximação com a União Europeia.

Na Alemanha, o partido neonazista AfD fez maioria de 40% dos deputados na câmara de um pequeno estado localizado em território da ex-Alemanha Oriental e acendeu as luzes vermelhas do cordão sanitário no país. Na Suécia, por pequena margem, venceu uma coalizão e centro-esquerda. Na França, que tem eleições em 2027, a direita de Marie Le Pen lidera as pesquisas.

***Reforma da ONU e da OMS***

Na **OMS**, como em todas as agências, fundos e programas da ONU, também está em curso um processo de reforma, definido pelos Estados-membros na Assembleia Mundial de Saúde (AMS) de 2026 https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA79/A79_31-en.pdf. A resolução aprovada decidiu pela constituição de uma *Força Tarefa* que elaborará proposta a ser apreciada na AMS de 2027. A Força Tarefa é composta de 25 membros, organizados por regiões geográficas da OMS e níveis de desenvolvimento econômico, com indicação direta dos blocos regionais. Os trabalhos da Força Tarefa podem ser acompanhados pela página web https://www.who.int/about/governance/global-health-architecture

Já há algum tempo os Cadernos vêm acompanhando e noticiando ambos os processos de reforma (ONU e OMS) e reafirmamos o compromisso de continuar desenvolvendo esta tarefa. Neste Caderno 16, ***Freire*** analisa as posições das *instituições europeias* quanto a *reforma da OMS;* ***Hoirisch*** menciona os conteúdos sobre a reforma da ONU na Declaração de BRICS 2026; e ***Massari e colegas*** trazem a discussão sobre as transformações no *ONU Mulher e UNFPA.*

**====*====**

**Regiões, territórios e temas em foco**

Nossos analistas apresentam a seguir, em seus respectivos informes, as diversas **instituições do sistema multilateral** e temas de que elas se ocupam: *desenvolvimento, direitos humanos, trabalho, saúde da mulher e da criança, fome e segurança alimentar, comércio e propriedade intelectual, meio ambiente, saúde, educação e cultura, migração e refúgio, entre outros, e incluindo as instituições de Bretton Woods (FMI e Banco Mundial) e os bancos regionais de desenvolvimento*. Sempre que possível buscando explicar os nexos e impactos destes temas sobre a saúde humana e planetária**.** Também buscamos cobrir o posicionamento da *sociedade civil global de interesse público e de interesse privado*, ator de enorme importância nos destinos da saúde global e da diplomacia da saúde.

O artigo intitulado '*A Assembleia Geral da ONU 2026*', atualização de trabalho publicado por ***Buss e Alcázar*** nos Cadernos 13/2026, aborda a *81ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU),* explicando seu funcionamento e as principais questões a serem debatidas na agenda 2026, entre as quais a reforma da ONU, os conflitos militares em curso, a Agenda 2030 e outros temas de alcance global quanto a desenvolvimento, direitos humanos e paz e segurança. Conclui afirmando que a despeito dos esforços de países poderosos de atacar e desmantelar as Nações Unidas, ela se mantém como um espaço vital para a diplomacia multilateral, promovendo diálogo, cooperação e soluções conjuntas para os desafios globais, reafirmando o papel da ONU como plataforma central de debate e ação internacional, particularmente por meio da sua Assembleia Geral.

***Alcázar*** examina os desafios e perspectivas que permeiam a passagem da 80ª para a 81ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU). Tomando como referência os temas "*Melhor juntos: 80 anos mais para a paz, desenvolvimento e direitos humanos*" e "*Restaurando a confiança, controlando a transformação: uma Organização que atenda a todos*", o autor discute a agenda de renovação institucional das Nações Unidas, destacando as propostas de reforma, os esforços de fortalecimento do multilateralismo e os desafios impostos pelo atual contexto internacional. O texto analisa, ainda, as questões consideradas prioritárias para a

Organização em um período marcado por crescente complexidade política, econômica, tecnológica e social.

***Ungerer*** nos traz reflexões sobre a *cartografia*, a propósito das mudanças introduzidas no *mapa mundi* por decisão da *AGNU.* O estudo, a ciência e a técnica de criar mapas, ou cartografia, nunca foi uma disciplina neutra. E nem tampouco é um reflexo da geografia terrestre ou a forma como o planeta é representado em uma superfície plana, pois esta representação envolve escolhas políticas, culturais e geopolíticas.

O informe de ***Gaspar*** e ***De Negri Filho*** analisa o relatório *Embedded Multipolarity in a Polarized World*, elaborado por *George Katrougalos*, Perito Independente sobre a *Promoção de uma Ordem Internacional Democrática e Equitativa*, submetido à *63ª sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas.* O documento examina as transformações da ordem internacional contemporânea, caracterizadas pelo enfraquecimento relativo da hegemonia unipolar, pelo fortalecimento de múltiplos centros de poder e pela crescente importância dos países do Sul Global. O relatório sustenta que a multipolaridade constitui uma realidade irreversível, mas alerta para os riscos associados à fragmentação da governança global, ao unilateralismo econômico e ao enfraquecimento das instituições multilaterais. Em resposta a esses desafios, propõe o conceito de "*multipolaridade incorporada*" (*embedded multipolarity*), definida como uma distribuição plural de poder ancorada na Carta das Nações Unidas, no direito internacional e nos direitos humanos. O documento também apresenta uma proposta inovadora de criação de um *Índice Global de Entrega Regulatória*, destinado a avaliar a implementação efetiva de compromissos relacionados aos direitos humanos, ao desenvolvimento sustentável e à equidade social.

Para ***Galvão, Reges e Bermudez,*** a AGNU81 ocorre no momento de maior tensão entre *ambição normativa e capacidade material da saúde global* desde a pandemia de COVID-19. Seu texto descreve o processo institucional e o conteúdo substantivo da *participação da Organização Mundial da Saúde (OMS) na AGNU*, com foco na *segunda Reunião de Alto Nível sobre Prevenção, Preparação e Resposta a Pandemias*, convocada para 25/09, nos termos da resolução A/RES/79/333. Documenta o *avanço normativo* obtido desde a primeira reunião de alto nível, de setembro de 2023 — a adoção do *Acordo de Pandemia da OMS* em maio de 2025, a entrada em vigor das emendas ao *Regulamento Sanitário Internacional* em 19/09/2025, e a consolidação *do Fundo Pandemia, do Hub de Inteligência Pandêmica e Epidêmica, do Sistema BioHub e do Corpo Global de Emergências em Saúde* —, bem como *três constrangimentos* que limitam sua tradução prática: o impasse no *anexo sobre Acesso a Patógenos e Repartição de Benefícios (PABS)*, adiado para a Assembleia Mundial da Saúde de 2027; a *contração da ajuda oficial ao desenvolvimento em saúde*, projetada pela OCDE em queda de 29% a 46% entre 2024 e 2026; e a *crise orçamentária da própria OMS*, com corte do orçamento 2026–2027 para US$ 4,2 bilhões e redução de aproximadamente um quarto do quadro de pessoal. O *surto de Ebola por vírus Bundibugyo* na República Democrática do Congo, declarado emergência de saúde pública de importância internacional em maio de 2026 e com letalidade próxima de 48%, é analisado como *teste empírico dessa arquitetura*. Conclui-se que a distância entre compromisso normativo e capacidade operacional constitui hoje o principal objeto de escrutínio da governança sanitária multilateral.

***Magalhães e Galvão*** analisam o *relatório Limiting Overshoot,* publicado pelo **PNUMA** em 2026, alertando que o aquecimento global provavelmente ultrapassará 1,5°C nos próximos anos. Recomenda reduzir as emissões em 55% até 2035, avançar para sua quase eliminação até

meados do século e combinar mitigação, adaptação e remoção responsável de carbono. As decisões atuais ainda podem limitar o pico e a duração do aquecimento, reduzindo mortes, perdas econômicas e danos ambientais. Já o *relatório Ativos Ocultos* demonstra que integrar políticas climáticas e de qualidade do ar produz benefícios rápidos para a saúde e a economia. As soluções já existem, mas sua implementação é dificultada pela fragmentação institucional, pelo financiamento insuficiente e pela limitada capacidade de execução. Reduzir a poluição do ar deve, portanto, ser tratado como uma prioridade climática, econômica, sanitária e de equidade.

O artigo de ***Peres e Tobar*** analisa o relatório recentemente publicado pelo *Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)* sobre as **condições de trabalho e emprego na América Latina e no Caribe** que revela que os mercados de trabalho da região melhoraram nas últimas três décadas, mas que estas melhorias foram insuficientes, inconsistentes e, cada vez mais, apresentam tendência de estagnação, limitando seu alcance para a promoção do trabalho decente na região. Os dados apresentados e discutidos no documento são particularmente relevantes para justificar a necessidade urgente de se buscar condições para a garantia do trabalho decente, sobretudo considerando que as principais fragilidades identificadas — informalidade, falta de proteção social, baixos rendimentos, fraco poder de negociação, comprometimento da segurança e da saúde nos ambientes de trabalho, inadequação de competências às demandas do mercado de trabalho, a discriminação e as iniquidades ainda persistentes no mundo do trabalho, dificultando a atuação das instituições laborais, entre outros aspectos — são, precisamente, as dimensões que determinam a qualidade do trabalho/trabalho decente. Conclui o relatório que *mudanças na produtividade sem uma distribuição adequada* podem não melhorar a vida dos trabalhadores. Da mesma forma, a *proteção social sem transformação produtiva* pode ser fiscal e institucionalmente insustentável. E, ainda, que a *regulamentação trabalhista sem fiscalização efetiva e participativa* pode proteger apenas aqueles que já estão no sistema formal. A meta deve ser, portanto, uma *reforma abrangente do mercado de trabalho*, na qual o desenvolvimento da produtividade, a formalização, a proteção social, a igualdade, a garantia de voz aos trabalhadores, o alinhamento das competências às demandas do mercado de trabalho e a adaptabilidade tecnológica se fortaleçam mutuamente.

O ***Grupo de Trabalho sobre Migrações, Refúgio e Saúde Global*** analisa **três dimensões contemporâneas da governança migratória**. A *primeira* examina a *estratégia de comunicação política da Casa Branca no governo Trump*, que lançou jogos estilo *arcade* em seu site oficial. Títulos como *Rio Run*, em que o jogador captura migrantes no Rio Grande, e *Build the Wall*, inspirado em *Tetris*, funcionam como formas de gamificação de políticas controversas de patrulhamento e contenção fronteiriça. Associados a outros jogos sobre patriotismo e saúde, esses produtos são apresentados como "cultura de diversão e vitória", mas são criticados por simplificar questões complexas, reforçar estereótipos racializados e banalizar práticas de detenção e deportação, deslocando o debate político para o entretenimento. A *segunda dimensão* aborda a ação antecipatória da *Organização Internacional para as Migrações (OIM),* que solicitou US$ 110 milhões para proteger 4,9 milhões de pessoas diante do *El Niño 2026–2027*. Com probabilidade próxima de 100% de persistência até fevereiro de 2027, segundo a OMM, o fenômeno amplia riscos de deslocamento forçado, exigindo integração entre previsão climática e gestão migratória. A *terceira dimensão* analisa o avanço da *Alternativa para a Alemanha (AfD)* e seus impactos na Europa. Rompendo o *firewall* pós-Segunda Guerra, o partido influencia a agenda migratória mesmo fora do governo, pressionando por políticas mais duras de asilo e deportação. Destaca-se a circulação transnacional de discursos entre AfD e Trump,

que compartilham nacionalismo, soberania restritiva e controle territorial, com implicações para a política comum europeia e para as condições de acolhimento, proteção e integração de migrantes e refugiados.

Com foco na **saúde da mulher e da criança**, as analistas ***Massari, Vilella e Gomes*** analisam as manifestações dos países durante a segunda sessão regular de 2026 do Conselho Executivo da **ONU Mulheres**, realizada em setembro de 2026, com foco no debate sobre a *Iniciativa UN80 e a possível reforma da organização*. A partir das manifestações apresentadas no evento, buscou-se identificar os principais posicionamentos dos Estados-Membros, com especial atenção ao debate sobre a proposta de *fusão entre a ONU Mulheres e o UNFPA*, à preservação dos mandatos institucionais e à capacidade de atuação nos países. A análise permitiu evidenciar as diferentes perspectivas e prioridades mobilizadas pelos Estados diante do processo de reforma e compreender as convergências e divergências que atravessam o debate multilateral sobre a igualdade de gênero.

Para ***Tobar*** e ***Tobar***, prevenir a *gravidez na adolescência* é um investimento altamente rentável que acelera o crescimento econômico, reduz a pobreza intergeracional e diminui gastos públicos. A evidência mostra que as intervenções — especialmente educação sexual integral e acesso a métodos modernos — são eficazes, custo-efetivas e sustentadas por modelos robustos de planejamento. Além de melhorar indicadores de saúde materna e infantil, a prevenção tem forte impacto redistributivo e ampla aprovação social, tornando-se uma política estratégica, justa e politicamente viável para países da América Latina.

Os analistas ***Nilson, Neves e Oliveira e Silva*** discutem as questões críticas, emergentes e persistentes na **agenda de segurança alimentar e nutricional global** segundo o *Painel de Especialistas de Alto Nível (HLPE-FSN 2026) do Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CSA/FAO)* e os desdobramentos da *agenda na 81ª Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU*), bem como as discussões recentes sobre a direção do *Programa Mundial de Alimentos* e suas possíveis implicações na agenda global de enfrentamento da fome.

***Cazumbá*** informa que Kristalina Georgieva, Diretora-geral do **Fundo Monetário Internacional (FMI)** compareceu à *Reunião de Ministros de Finanças e Governadores do Banco Central do* **G20** em Ashville, na Carolina do Norte, EUA. No evento, a líder da instituição financeira fez comentários sobre os desafios econômicos globais, destacando as perspectivas de crescimento, os desequilíbrios econômicos e o aumento da dívida soberana dos países.

***Chamas e Cesário*** analisam desenvolvimentos recentes da *governança multilateral* envolvendo a **Organização Mundial do Comércio (OMC)**, a **Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD)** e a **Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI)**. Examinam desenvolvimentos no comércio multilateral, investimento internacional, serviços digitais e propriedade intelectual. Destacam *o apoio da Declaração de Nova Délhi do BRICS à reforma da OMC*, à restauração de um sistema de solução de controvérsias operacional em dois níveis, à oposição a medidas protecionistas e à maior participação das economias em desenvolvimento. Com base no *World Investment Report 2026* da **UNCTAD**, analisam a recuperação frágil e concentrada do investimento estrangeiro direto, a expansão de setores estratégicos, política industrial e subsídios, triagem de investimentos e desafios em saúde, farmacêutica e ciências da vida. Abordam a América Latina e o Caribe, incluindo o aumento dos fluxos para o Brasil. Examinam o papel crescente dos serviços e do comércio digitalmente entregável, as desvantagens dos países de menor desenvolvimento

relativo, inteligência artificial e fragmentação regulatória. Finalmente, apresentam a *agenda institucional da* **OMPI** sobre conhecimentos tradicionais, recursos genéticos e Global Innovation Index 2026.

O ***GT sobre Movimentos Sociais Globais e Saúde***, liderado por ***Luis Eugênio de Sousa***, monitorou *64 Organizações da Sociedade Civil (OSC)* nessa quinzena, com manifestações de 44 OSC voltadas a temas relacionados a Saúde Global. As **OSC de interesse público** manifestaram preocupação com o avanço global de problemas de saúde relacionados às doenças transmissíveis e não transmissíveis, em meio a um contexto de desfinanciamento dos sistemas e serviços de saúde, com o aprofundamento das desigualdades no acesso a saúde e na qualidade de vida em diversas regiões do mundo, sobretudo, no Sul Global. Os surtos do ebola e do sarampo convivem com o adoecimento mental da população mundial que se relaciona ao aumento das mortes provocadas por guerras e aos eventos climáticos extremos associados a crise climática, a exemplo das inundações no Nepal e do aumento crítico da temperatura em diversos países. As **OSC de interesse privado**, por sua vez, manifestaram-se em defesa de maior investimento em cuidados primários em saúde e na construção de estoques globais de vacinação para mitigar a distribuição desigual em casos de novas pandemias e epidemias. De forma geral, as OSC têm apontado para a necessidade de financiamento adequado e equitativo para os sistemas de saúde, notadamente, no que diz respeito â infraestrutura física de serviços de saúde e gestão do trabalho em saúde.

***Ungerer, Kastrup e Monteiro*** apresentam o **Sul Global**. As celebrações do *Dia da ONU para a Cooperação Sul-Sul* foram marcadas pelo lançamento oficial da *Aliança Global para a Cooperação Sul-Sul e Triangular* no dia 11 de setembro. Concebida como uma plataforma dinâmica de intermediação (*matchmaking*), a Aliança conecta demandas de desenvolvimento a soluções locais e parcerias catalisadoras baseadas na reciprocidade e na confiança mútua. Lideranças internacionais ressaltaram que o intercâmbio horizontal em áreas como transição energética, inclusão digital e resiliência climática reduz assimetrias globais e consolida a autonomia do Sul Global rumo à Agenda 2030. O **UNOSSC** publicou também seu Boletim de agosto de 2026.

A agenda de **cooperação brasileira** combinou projeção diplomática na AGNU 81 e articulação regional nas Américas e na CPLP. Na *Assembleia Geral da ONU,* o Brasil ressaltou o financiamento equitativo para emergências sanitárias e lançou um portal oficial em português. No *âmbito bilateral e regional*, o país compartilhou experiências do SUS com o México e sediou fóruns sobre atenção primária e financiamento com 16 países. Em paralelo, avançou na *cooperação científica pan-amazônica pela Rede Bioamazônia* e na *preparação para pandemias na CPLP*, com missões coordenadas pela Fiocruz a São Tomé e Príncipe e Guiné Equatorial, reforçando a governança universal e resiliente.

O **G-77 e a China** iniciaram a *81ª Assembleia Geral da ONU* reafirmando seu protagonismo no *Sul Global*. Na *reforma institucional (ONU80*), o bloco defendeu a preservação dos mandatos de desenvolvimento e a soberania dos Estados-Membros, rejeitando propostas apressadas de fusão de agências como PNUD/UNOPS e UNFPA/ONU Mulheres. No Dia da Cooperação Sul-Sul, reforçou que as parcerias devem complementar à Cooperação Norte-Sul. O grupo também priorizou o combate à violência contra mulheres facilitada por inteligência artificial e a promoção da inclusão digital, reafirmando seu compromisso com a equidade global.

Na AGNU 81, o **Movimento dos Não-Alinhados (MNA)** alinhou-se à busca por equidade, defendendo a *revitalização da Assembleia Geral, a transparência no Secretariado da ONU e o enfrentamento de sanções coercitivas*. Paralelamente, os *65 anos do MNA* expuseram um descompasso estrutural, embora a Índia e Gana tenham ressaltado a cooperação vacinal, a saúde em zonas de conflito (Gaza) e o impacto de embargos (Cuba), *a saúde pública esteve ausente dos debates centrais*. Esse gargalo evidencia o isolamento técnico das deliberações conduzidas junto à OMS, que não chegam ao topo das decisões políticas. A próxima reunião de Kampala, programada para dezembro de 2026, vem sendo considerada a última janela sob a gestão de Uganda para institucionalizar a pauta sanitária antes do novo ciclo do MNA.

O **NAMYO** reafirmou seu engajamento geracional ao coorganizar a 2ª Feira de Carreiras Sustentáveis na *Baku Climate Action Week*, capacitando a juventude do Sul Global para a transição ecológica e a liderança climática.

O **Centro Sul** intensificou sua atuação técnica em fóruns multilaterais. Em Genebra, coorganizou o *Diálogo de Embaixadores sobre o Direito à Saúde na Revisão Periódica Universal (RPU)* e alinhou prioridades com a ONU para mitigar assimetrias no *sistema financeiro e no TRIPS.* No Senegal, combateu a evasão fiscal multinacional em defesa da soberania financeira africana. Ao saudar os 65 anos do MNA, reafirmou seu apoio ao não alinhamento. Ademais, publicou análise sobre barreiras de *propriedade intelectual em tecnologias verdes*, propondo licenças compulsórias e governança coletiva para fechar o hiato tecnológico global.

O informe de ***Burger, Kavanami, Estephanio, Cury e Bouqvar*** analisa os resultados das *reuniões ministeriais de Finanças e de Inovação* do **G20**, realizadas na Carolina do Norte sob a liderança dos Estados Unidos. O texto examina a divulgação da *Declaração da Presidência em Asheville,* centrada na resiliência macroeconômica, na desregulamentação e no enfrentamento aos desequilíbrios comerciais, contextualizando as objeções formais apresentadas pela China. Em seguida, detalham-se os desdobramentos da *Cúpula de Chapel Hill* sobre a governança de tecnologias emergentes, marcada pela formalização dos *Princípios de Carolina* e pela defesa de um modelo não intervencionista promovido por Washington e por executivos do setor privado, em contraste direto com o rigor normativo reafirmado pela União Europeia. Na quinzena de 31 de agosto a 13 de setembro de 2026, o único evento formal do **G7** foi a Cúpula Parlamentar realizada em Paris, cuja declaração conjunta tratou de abertura parlamentar, controle democrático da política externa e governança da inteligência artificial. Nos mesmos dias, em Nova Délhi, a cúpula do BRICS serviu de palco à contestação do peso econômico do grupo, o que recoloca a disputa sobre representatividade e legitimidade na governança global. Os destaques da **OCDE** se dividem entre o lançamento da nova edição de seu estudo sobre reformas tributárias, a divulgação dos resultados do PISA 2025 e seis estudos variados sobre temas de desenvolvimento sustentável.

***Hoirisch*** informa que a **XVIII Cúpula do BRICS**, realizada em Nova Délhi em 12-13 de setembro de 2026 sob a presidência da Índia, adotou a *Declaração de Nova Délhi 2026*, documento que marca o 20º aniversário do grupo e reúne compromissos em governança global, economia e finanças, CT&I e saúde pública, entre outros temas. No campo da *governança global*, os líderes reafirmaram o compromisso com a reforma do sistema multilateral, com destaque para a ampliação e modernização do Conselho de Segurança das Nações Unidas e reforma das instituições de Bretton Woods, de modo a corrigir a sub-representação histórica dos países emergentes e em desenvolvimento. O PM da Índia Modi, propôs um roteiro de 10 pontos para a reforma do BRICS, com o objetivo de fazer com que o Sul Global deixe de ser apenas um

"seguidor de regras" para se tornar um "formulador". No eixo *econômico-financeiro*, a declaração aprofunda a agenda de uso de moedas locais nas transações comerciais e de investimento entre os membros, reforça o mandato do Grupo de Trabalho de Pagamentos do BRICS para tornar os pagamentos transfronteiriços mais rápidos, baratos e interoperáveis, e reafirma o papel crescente do NBD como instrumento de financiamento em moeda local para infraestrutura e desenvolvimento sustentável. Na área de **CT&I**, o texto enaltece o Programa-Quadro de CTI do BRICS e eleva a inteligência artificial à condição de pilar central de cooperação, associando-a ao crescimento econômico inclusivo, ao acesso equitativo a recursos tecnológicos e à mitigação de riscos. A declaração também trata da segurança e diversificação das cadeias de suprimento de minerais críticos e terras raras, defendendo cadeias responsáveis, resilientes e justas, com repartição de benefícios para os países produtores. Na área da **saúde**, a declaração incorpora os resultados da 16ª Reunião de Ministros da Saúde do BRICS (Chandigarh, julho de 2026), reafirmando o compromisso com o fortalecimento dos sistemas de saúde, a saúde digital, a preparação e resposta a pandemias, o combate à TB por meio da Rede de Pesquisa em TB do BRICS, o apoio ao Centro de P&D de Vacinas do BRICS e a consolidação da Rede de Institutos Nacionais de Saúde Pública do BRICS, além de referências ao debate multilateral sobre o Sistema de Acesso a Patógenos e Repartição de Benefícios no âmbito do Acordo Pandêmico da OMS. No conjunto, a *Declaração de Nova Délhi 2026* consolida a trajetória do BRICS como plataforma de coordenação do Sul Global, combinando ambições de reforma institucional com iniciativas concretas de cooperação econômica, tecnológica e sanitária, ainda que sua efetividade dependa da implementação por parte dos onze membros plenos e dos países parceiros do grupo.

***Esteves*** analisa a **Cúpula de Nova Délhi de 2026** como marco da consolidação do **BRICS** ampliado, examinando os impactos da expansão sobre sua atuação geopolítica e seus mecanismos de cooperação. A análise demonstra que o grupo preservou a capacidade de produzir consensos políticos por meio de fórmulas diplomáticas que acomodam divergências entre seus membros, especialmente em temas de segurança internacional. No campo da cooperação, observa-se a ampliação do número de mecanismos institucionais acompanhada pela flexibilização dos compromissos assumidos. O estudo conclui que a geometria variável e a influência das presidências rotativas tornaram-se elementos centrais para a coesão e a continuidade do BRICS em um contexto de multipolaridade instável.

***Salgado*** aborda em seu artigo o **Fórum Civil dos BRICS** que se tornou oficialmente um Grupo de Engajamento, em 2024, estabelecido na Declaração de Kazan, por ocasião da XVI Cúpula do BRICS. O documento destacou a necessidade de fortalecer os vínculos entre comunidades de especialistas, pesquisadores e organizações da sociedade civil, reconhecendo os fóruns Civil e Acadêmico como espaços primordiais de intercâmbio e produção conjunta de conhecimento. O Fórum Civil daquele ano foi realizado em Moscou, onde reafirmou-se a importância da participação da sociedade civil na construção de uma cooperação mais inclusiva por meio do desenvolvimento institucional do chamado *civic track*, com mecanismos permanentes de diálogo nas diferentes presidências do agrupamento. Nesse contexto, o *Grupo de Trabalho de Saúde do Fórum Civil dos BRICS 2026*, realizado na Índia, reiterou que as comunidades estão no centro da construção de sistemas de saúde resilientes, equitativos e capazes de responder a crises, articulando experiências nacionais, atenção primária, promoção da saúde, participação social, inovação e cooperação continuada entre os países.

No informe sobre **América Latina e Caribe (ALC),** nossos analistas ***Tobar e Brito*** examinam a formação de uma nova conjuntura da América Latina que tem movimentado as

condições de governo e governança na região. *A agenda de segurança, crise econômica e social e alinhamento com os Estados Unidos estão na pauta da região*. Governos na Colômbia, no Peru e no Equador aprofundam o alinhamento à política securitária estadunidense. Governos como o do Equador e o da Argentina precisaram renegociar decisões a partir da pressão popular. No cenário de saúde, os números da *dengue e do sarampo* preocupam e fortalecem a necessidade de iniciativas regionais. No seguimento das organizações regionais, destacamos que o **Organismo Andino de Saúde (ORAS-Conhu**) participou de agenda representante do Parlamento Andino; a Secretária Executiva do **Conselho de Ministros da Saúde do SICA** participou de agendas sobre integração regional, segurança sanitária e insegurança alimentar e a **Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)** cumpriu agenda nos temas de quantidade e qualidade da água e equidade de gênero.

***Garay*** analisa os impactos humanitários, sociais e sanitários das **medidas coercitivas aplicadas à Cuba**, examinando sua interação com desafios estruturais internos, como crise energética, envelhecimento populacional, migração e restrições produtivas. O estudo destaca a deterioração recente de indicadores de saúde, incluindo expectativa de vida, mortalidade infantil, disponibilidade de medicamentos e capacidade operacional do sistema de saúde. Ao mesmo tempo, reconhece a permanência de importantes capacidades públicas nas áreas de saúde, educação e produção científica. Como resposta, propõe estratégias orientadas pela equidade sanitária sustentável, com foco na soberania energética e alimentar, proteção social, fortalecimento da atenção primária e recuperação da produção nacional de medicamentos essenciais.

O ***GT Fiocruz sobre África***, liderado por ***Augusto Paulo Silva***, analisa a agenda africana de saúde com foco no fortalecimento institucional do *CDC África*, na *V Reunião do Comitê de Orientação Ministerial Regional da África Austral* e nas pressões operacionais associadas ao *surto de doença por vírus Bundibugyo na República Democrática do Congo*. O texto mostra que a *participação africana na reforma da arquitetura global da saúde ganhou peso político*, mas depende de capacidade efetiva de decisão, financiamento previsível e coordenação regional. A reunião ministerial reafirmou a soberania sanitária, a cobertura universal, o financiamento público doméstico, a gestão das finanças públicas, a produção local e as aquisições conjuntas como prioridades. A *análise epidemiológica* destaca que o aumento da letalidade aparente pode refletir subnotificação de casos leves e confirmação pós-morte, mais do que agravamento clínico, enquanto atrasos nas séries de cólera indicam deslocamento da vigilância para a resposta ao Ebola. No *plano financeiro*, o informe enfatiza a distância entre promessas e desembolsos, a contração da ajuda externa e a dificuldade de substituir recursos internacionais por orçamento interno. Quanto ao *acesso a medicamentos*, observa a inexistência de vacina licenciada contra Bundibugyo, a fragilidade das evidências de proteção cruzada e a necessidade de articular mecanismos africanos e regionais de aquisição. O documento conclui que soberania sanitária exige instituições nacionais fortes, dados confiáveis, produção regional, financiamento sustentável e tradução de recomendações técnicas em compromissos políticos.

No informe sobre **Europa**, ***Freire*** analisa a posição da **União Europeia (UE)** diante da **reforma da arquitetura global de saúde**, com foco no **papel da OMS**. A análise mostra que a UE defende a preservação do sistema multilateral e da OMS como principal instituição de governança sanitária global, mas considera necessária uma reorganização que torne o sistema mais eficiente, coordenado, transparente e financeiramente sustentável. Um dos principais pontos defendidos pelos europeus é a redução da fragmentação da arquitetura global de saúde.

A UE pretende diminuir sobreposições entre organizações e iniciativas, racionalizar custos e melhorar a coordenação entre instituições como a OMS, Gavi, Fundo Global, Banco Mundial e outras iniciativas internacionais. Nesse modelo, a OMS deveria concentrar-se principalmente em funções normativas, regulatórias, produção de evidências, definição de padrões e coordenação. O financiamento aparece como outro grande desafio: a dependência da OMS de contribuições voluntárias e direcionadas limita sua autonomia e previsibilidade financeira. Por isso, a UE defende mecanismos de financiamento mais sustentáveis e previsíveis. Outro aspecto importante é a dimensão geopolítica da reforma. A UE pretende fortalecer sua posição nas cadeias globais de medicamentos e vacinas, ampliar a produção regional, diversificar fornecedores e fortalecer capacidades regulatórias e industriais, especialmente na África. O fortalecimento de instituições africanas, como a União Africana e o Africa CDC, é apresentado como parte dessa estratégia. Em síntese, *a UE busca reformar a arquitetura global de saúde sem desestruturá-la*. Sua estratégia procura fortalecer a OMS, reduzir a fragmentação, aumentar a eficiência e a sustentabilidade financeira, ampliar a participação dos países em desenvolvimento e, simultaneamente, preservar e ampliar a capacidade europeia de influência na governança global da saúde.

***Tavares Soares*** analisa a **Assistência Humanitária no MENA (com foco no Oriente Médio),** destacando suas restrições e possibilidades, especialmente nos países e nas regiões em conflito e com crises permanentes. Foram descritas as principais agências de ajuda humanitária, bem como o descompasso entre as necessidades crescentes e a capacidade de assistência. Também ficou demonstrado que essas necessidades vão muito além de situações humanitárias de emergência, com situações estruturais e longa permanência no tempo. O financiamento da assistência humanitária na região foi analisado, evidenciando o decréscimo de recursos disponíveis além de um subfinanciamento crônico. Foram destacados os impactos da redução brusca de recursos por parte dos EUA a partir de 2025. A escalada de conflitos regionais amplia as necessidades e complicam a logística das intervenções de assistência, restringidas por insegurança e restrições de acesso. A assistência humanitária no Irã foi destacada como um caso diferenciado com relação ao restante dos países da região, analisando a chamada *Diplomacia Humanitária* protagonizada sobretudo pela principal organização humanitária do país, a *Sociedade do Crescente Vermelho Iraniano (IRCS / "Iranian Red Crescent Society").* O *Direito Internacional Humanitário* foi analisado global e regionalmente, sobretudo do ponto de vista das restrições que sofre em função das sanções impostas aos países, em especial ao Irã. Nas Considerações Finais foram analisados dois artigos: um primeiro de um alto representante da ONU, analisando as necessidades *versus* as respostas humanitárias; e um segundo de um escritor palestino que faz um relato baseado no trabalho de campo, entrevistando um morador palestino e uma trabalhadora social, analisando suas respectivas visões que reforçam situações que evidenciam a grave (e permanente) situação da Palestina, onde a sobrevivência se coloca em primeiro plano.

***Lobato e colegas*** informam que a **China** assumirá a presidência dos BRICS após a Cúpula de Nova Déli, cuja declaração final registrou um recorde de *nove referências explícitas a resoluções da ONU,* sinalizando busca por maior legitimidade multilateral. Após representar Lula na cúpula, o chanceler *Mauro Vieira* fortaleceu laços com Singapura e Tailândia, enquanto tensões russo-japonesas cresceram após visita de Putin a território perdido com a derrota. **Sudeste Asiático** reforçou sua preparação para futuras pandemias na *79ª reunião regional da OMS*, aprovando medidas sobre vigilância, vacinação e resiliência sanitária, além de registrar a eliminação da rubéola na Tailândia e da raiva humana transmitida por cães no Butão. China

acelera incorporação de medicamentos inovadores, aprovando novo antiviral contra a COVID-19 e ampliando políticas de acesso e reembolso para tratamentos avançados. A China divulgou o 15º Plano Quinquenal para veículos elétricos e inteligentes, visando liderança global, autonomia tecnológica e ampla eletrificação do transporte até 2030. E também lançou um plano para se tornar uma potência financeira até 2035, fortalecendo regulação, prevenção de riscos, apoio à economia real, internacionalização financeira e estabilidade do yuan.

**Estante**



A seção traz breves informações e resumos de livros, revistas, relatórios e vídeos sobre temas de saúde global e diplomacia da saúde. A ideia é permitir que nossos analistas, mas também leitores e colaboradores, compartilhem dicas sobre o que leram, viram ou ouviram e que gostaram. Os comentários não devem ultrapassar 150 palavras para que possamos compartilhar diversas contribuições a cada fascículo editado. A ESTANTE fica no final do fascículo, antes da lista de autores e dos créditos dos *Cadernos*.

## Fiocruz na Saúde Global

**Seminário Avançado da Fiocruz debate 'Geopolítica e Saúde nos BRICS' no dia 23 de setembro**

Com a participação da Embaixadora Paula Barboza e dos pesquisadores Paulo Esteves, Adelyne Mendes Pereira, João Miguel Estephanio e Claudia Hoirisch e do assessor da AISA (Ministério da Saúde) Guilherme Cyrne, os debates procurarão cobrir a presença dos BRICS na complexa geopolítica global atual, os principais resultados da Cúpula 2026 do BRICS e a saúde no grupo.



**Observatório recebe a visita de Mariângela Simão, Relatora Especial para a Saúde do Conselho de Direitos Humanos**



A recém-empossada nova relatora especial de saúde do CDH das Nações Unidas, a médica e sanitarista brasileira *Mariângela Simão* apresentou o processo de trabalho que desenvolverá na função que assumiu em agosto último e suas prioridades para os informes bianuais que apresentará ao Conselho e à Assembleia Geral das Nações Unidas, em 2027. No encontro com o grupo do *Observatório Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde,* convidou o *think tank* da Fiocruz para apoiá-la no importante trabalho de porta-voz do direito à saúde, com os informes analíticos sistemáticos que produz sobre saúde global.

**Pesquisadores da Fiocruz têm ampla participação em eventos paralelos sobre saúde na AGNU81**

A Fiocruz participa, em Nova York, de uma série de *eventos realizados no contexto da 81ª Assembleia Geral das Nações Unidas (UNGA 81)* e paralelamente ao *High-Level Meeting on Pandemic Prevention, Preparedness and Response (PPPR).* A instituição estará presente em debates sobre a reforma da arquitetura global de saúde, contribuindo com a perspectiva do Sul Global e a experiência de uma instituição de liderança na América Latina.

Entre os destaques da agenda está o lançamento do *Accra Reset Report*, iniciativa na qual a Fiocruz lidera o eixo dedicado a *manufacturing and innovation*, reforçando a importância da capacidade produtiva, tecnológica e de inovação para uma arquitetura global de saúde mais resiliente e equitativa. A Fiocruz também participa do painel "*The Preparedness Challenge: Dengue as a Stress Test for Global Health Security"*, que terá entre seus participantes o Ministro da Saúde da Indonésia, atual candidato ao cargo de Diretor-Geral da Organização Mundial da Saúde.

A presença da Fiocruz ocorre em um momento em que a saúde é cada vez mais enquadrada como uma questão de segurança nacional e internacional. Esse enquadramento pode contribuir para mobilizar recursos e acelerar decisões, mas também pode fazer com que prioridades de preparação sejam definidas predominantemente por interesses nacionais e geopolíticos, em detrimento da equidade e da solidariedade internacional.

Nesse contexto, a discussão proposta pela Fiocruz parte de uma questão fundamental: estamos securitizando os patógenos ou estamos protegendo as pessoas? A segurança em saúde global não deve ser restrita à contenção de ameaças ou a uma lógica de preparação associada exclusivamente à defesa e à estabilidade dos Estados. Ela deve também significar a capacidade de proteger populações, reduzir vulnerabilidades e assegurar que países e regiões tenham capacidades sustentáveis de prevenção, produção, inovação e resposta.

A participação da Fiocruz na agenda da UNGA 81 busca, assim, contribuir para uma concepção mais ampla e humana de segurança em saúde global, na qual preparação, equidade, solidariedade e fortalecimento das capacidades do Sul Global sejam elementos centrais ***(Paula Reges, ne Nova York).***

**Curso de Atualidades em Saúde Global e Diplomacia da Saúde 2027 abre inscrições de 16/11/2026 a 15/01/2027**




O *Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde da Fiocruz*, órgão da Vice-presidência de Saúde Global e Diplomacia da Saúde da Fiocruz, abre inscrições em novembro para os interessados em participar da quarta edição do *Curso de Atualidades em Saúde Global e Diplomacia da Saúde.* É oferecido para profissionais e estudantes de saúde pública e das carreiras da saúde, diplomatas e estudantes de relações internacionais e à sociedade civil, com vagas limitadas. Inicia em 27/02/2027 e se estende até dezembro. É constituído de 23 *Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde* (quinzenais online) e leituras selecionadas contidas nos 23 fascículos dos *Cadernos de Saúde Global e Diplomacia da Saúde*, também quinzenais. Aborda temas como multilateralismo; desenvolvimento sustentável; direitos humanos; problemas globais (políticos, sociais, econômicos, ambientais); negociações internacionais; saúde e tríplice crise ambiental planetária; migração e saúde; saúde da mulher, criança e adolescente; saúde nas crises humanitárias; fome, segurança alimentar e nutricional; cooperação Sul-Sul; saúde nas organizações internacionais e regionais; entre outros. O curso é gratuito e online.

**Congresso do Consortium of Universities for Global Health (CUGH) e ALASAG em Lima (fevereiro de 2027)**




O *Consórcio de Universidades para Saúde Global (CUGH),* associado com a *Aliança Latino-americana de Saúde Global (ALASAG*), vai realizar em Lima, de 25 a 28 de fevereiro de 2027, sua 18ª conferência anual com o tema "*Transformando a Saúde Global: Parecerias, poder, liderança e tecnologia num mundo em rápida transformação*". Os congressos do CUGH e da ALASAG já se transformaram em reconhecidos espaços de intercâmbio e informação em saúde global. Ambas as instituições esperam grande participação de latino-americanos pela proximidade com Lima. Maiores informações sobre o congresso podem ser obtidas e as inscrições realizadas em: https://cughlima2027.org/

**Cadernos FIOCRUZ de Saúde Global e Diplomacia da Saúde há 6 anos servindo a comunidade global**




Com seu primeiro número tendo sido lançado em março de 2020, por ocasião da decretação pela OMS da Covid-19 como pandemia, os *Cadernos* se transformaram numa referência para a comunidade global da saúde e da diplomacia neste campo político e de conhecimento contemporâneo. Mais de 150 fascículos já foram lançados, a base de 22 a 23 por ano, com cerca de 280 páginas em média por quinzena, ou seja, mais de 5.000 páginas por ano. Cada fascículo contém em torno de 22 a 25 artigos de atualidades, escrito por cerca de 60 autores, que compartilham em torno de 500 referências de artigos, relatórios, declarações etc. sobre este

dinâmico campo das relações internacionais em saúde. Todos os fascículos dos Cadernos estão disponíveis para exame ou *download* no site: Cadernos CRIS/Fiocruz: Informes sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde | Portal Fiocruz Para 2026 está programada a edição de 23 fascículos.

**Catálogo de Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde 2020-2025**




A coleção dos 137 Seminários do CRIS realizados de 2020 a 2025, com uma breve descrição e os links para acesso às versões em português, espanhol e inglês, está disponível para acesso ou download nos seguintes endereços: https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global ou https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN. Tem se mostrado um recurso excelente para ensino e aprendizagem em saúde global e diplomacia da saúde, com cerca de 700 painelistas brasileiros e internacionais, abordando temas como a agenda da saúde global e ambiental, direitos humanos, *One Health*, C&T em saúde, os grandes eventos mundiais realizados nos últimos 6 anos, entre tantos outros temas de interesse para profissionais da saúde, da diplomacia e dos movimentos sociais. Para 2026 estão programados 23 seminários; os que já foram realizados neste ano estão disponíveis online no YouTube da Fiocruz.

Produtos do *Observatório Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde* (*Centro Colaborador em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul da OMS/OPS na Fiocruz)*, os *Cadernos* e os *Seminários Avançados* são tributos que prestamos a saúde, ao desenvolvimento sustentável, à paz e à solidariedade internacional. Queremos sempre sua companhia. Boa leitura!

**Rio de Janeiro, Manguinhos, 18 de setembro de 2026**

***Paulo M. Buss, Fabiane Gaspar e Sebastián Tobar***

**Editor e editores-associados**

**Cadernos Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde**

OBSERVATÓRIO FIOCRUZ DE SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE

**Fundação Oswaldo Cruz**

***Vice-presidência de Saúde Global e Relações Internacionais***

**Observatório Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde** (desde 2020)

***Centro Colaborador em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul da OMS/OPAS na Fiocruz*** (desde 2014)